



15-Jul	14ª CRE-Santo Ângelo	Santo Ângelo	Merendeiras e direções	219
24-Jul	5ª CRE- Pelotas	Pelotas	Merendeiras e direções	150
13-Aug	13ª CRE- Bagé	Bagé	Merendeiras e direções	120
22-Aug	6ª CRE-Santa Cruz do Sul	Santa Cruz do Sul	Merendeiras e direções	59
22-Aug	39ª CRE - Carazinho	Carazinho	Merendeiras e direções	110
26-Aug	6ª CRE-Santa Cruz do Sul	Venâncio Aires	Merendeiras e direções	57
30-Aug	6ª CRE-Santa Cruz do Sul	Pantano Grande	Merendeiras e direções	53
5-Set	6ª CRE-Santa Cruz do Sul	Passa Sete	Merendeiras e direções	19
9-Set	6ª CRE-Santa Cruz do Sul	Boqueirão do Leão	Merendeiras e direções	12
16-Sep	6ª CRE-Santa Cruz do Sul	Vera Cruz	Merendeiras e direções	30
8-Out	CECANE -UFRGS	Porto Alegre	responsáveis pela alimentação	100
10-Out	I CICLO DE PALESTRAS SOBRE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: Palácio Piratini	Porto Alegre	responsáveis pela alimentação	130
16-Out	20ª CRE- Palmeira das Missões e 39ª CRE-Carazinho	Caiçara	responsáveis pela alimentação	400
5-Nov	Todas as CRE's	Porto Alegre	responsáveis pela alimentação	45
11-Nov	9ª CRE- Cruz Alta	Tupanciretã	Merendeiras e direções	40
12-Nov	9ª CRE- Cruz Alta	Cruz Alta	Merendeiras e direções	100
13-Nov	9ª CRE- Cruz Alta	Ibirubá	Merendeiras e direções	50
19-Nov	32ª CRE-São Luiz Gonzaga - I Seminário de Agricultura Familiar	São Luiz Gonzaga	Merendeiras, sindicatos, agricultores, Emater e diretores	129
2-Dec	19ª CRE - Santana do Livramento	Santana do Livramento	agricultores, Emater e diretores	11

Cabe mencionar que nas capacitações realizadas com todas as CREs, o número de participantes não ultrapassou de 46; nas capacitações regionais, do total de 30 CREs, verifica-se a participação efetiva de apenas 12 CREs, não chegando a metade das existentes.

Observou-se que as merendeiras, apesar de terem conhecimentos sobre as recomendações para a recepção e o armazenamento dos alimentos, não aplicavam ou aplicavam pouco esses



conhecimentos nas suas rotinas de trabalho, possivelmente pela falta de condições e/ou ainda pela falta de hábito em adotarem as orientações da SEDUC.

Destaca-se como as principais formas de contaminação alimentar a manipulação e a conservação inadequadas dos alimentos; a falta de higiene de utensílios, mãos e equipamentos; o cruzamento entre alimentos crus e cozidos; o uso de alimentos contaminados; a exposição prolongada dos alimentos a temperatura inadequada ou cozimento insuficiente (tempo e temperatura)³⁴.

Faz-se necessário, portanto, que a capacitação das merendeiras não seja realizada de forma pontual e sim periódica, constituindo-se uma rotina do serviço de alimentação³⁵; adicionalmente, devem ser viabilizadas condições estruturais e materiais para que as merendeiras possam executar o que lhes está sendo ensinado³⁶.

Nesse sentido, nota-se que a resistência das merendeiras em aceitar as orientações recebidas parece estar associada à própria percepção sobre limpeza e higiene na manipulação dos alimentos.

Segundo Santos Filho³⁷, deve-se ponderar fatores culturais que permeiam os valores das merendeiras. Muitos trazem como conceito de higiene apenas a ausência de sujeira, porém isso não é suficiente para garantir a segurança dos alimentos. Por sua vez, essa compreensão é formada no contexto da cultura, especialmente, no ambiente doméstico.

Tanto o baixo nível de qualificação das merendeiras quanto o número reduzido destas nas unidades escolares caracterizam-se, de forma geral, como entraves à realização de um serviço de qualidade.

A principal implicação da falta do controle de qualidade dos alimentos nas escolas é o aumento do risco de Doenças Veiculadas por Alimentos (DVA). Segundo o Centro de Vigilância Epidemiológica de São Paulo, do total de surtos de DVA ocorridos no ano de 2003, 16,5% aconteceram nas escolas e creches do Estado de São Paulo, devido, provavelmente, às práticas inadequadas de manipulação, matérias-primas contaminadas, falta de higiene durante a preparação, além de equipamentos e estrutura deficientes³⁸.

Tanto o desperdício dos alimentos quanto as DVA resultam em prejuízos aos cofres públicos, e de nada adianta todo controle de qualidade realizado em nível central, na aquisição de produtos de boa procedência e a custos baixos, se não for garantida a qualidade nas etapas subsequentes da cadeia produtiva.

Para melhor ilustrar as situações encontradas, foi realizado o registro fotográfico conforme segue:

³⁴ Góes et al., 2001, *op cit*.

³⁵ Danelon, MS, Silva MV. Análise das condições higiênico-sanitárias das áreas de preparo e consumo de alimentos, disponíveis para alunos de escolas públicas e privadas. *Revista Higiene Alimentar*. 2007; 21(152):25-30.

³⁶ Pistore AR, Gelinskib JMLN. Avaliação dos conhecimentos higiênico-sanitários de manipuladores de merenda escolar: fundamento para treinamento contínuo e adequado. *Revista Higiene Alimentar*. 2006;20(146):17-20.

³⁷ Santos FilhoFC, Santos FL, Silva MR, Curvelo FM, Rios JCC. Avaliação das condições higiênico-sanitárias de creches comunitárias da cidade de Salvador. *Diálogos & Ciências – Revista da Rede de Ensino FTC* [acesso em 30 dez 2013]. Disponível em: http://dialogos.ftc.br/index.php?option=com_content&task=view&id=172&Itemid=4

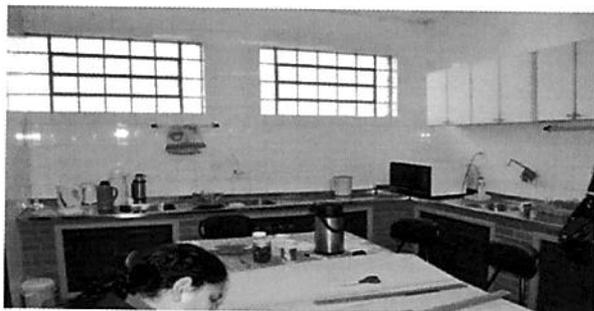
³⁸ Oliveira, A. M.; Gonçalves, M. O.; Shinohara, N. K. S.; Stamford, T. L. M.. Manipuladores de alimentos: um fator de risco. *Higiene Alimentar*, São Paulo, v. 17, n. 114/115, p. 12-19, nov./dez. 2003.



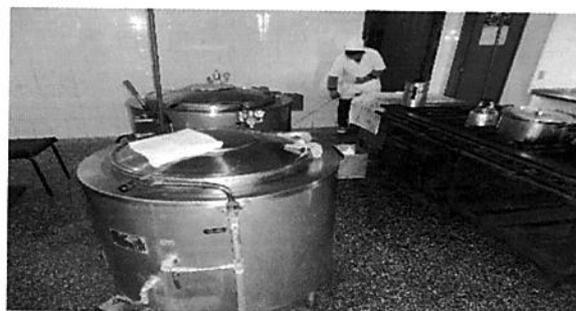
EEEB Afonso Emilio Massot – Porto Alegre



EEEB Afonso Emilio Massot – Porto Alegre



EEEB Amilcar Gigante - Pelotas



CIEP Santo Antônio - Lajeado



CIEP Santo Antônio – Lajeado – Vidros quebrados



CIEP Santo Antônio – Lajeado – Instalação elétrica improvisada



CIEP Santo Antônio – Lajeado



EEEB Cap. Luiz da Silva Ferreira – São José do Norte



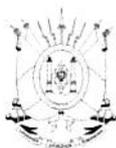
EEEB Cap. Luiz da Silva Ferreira – São José do Norte

Destaca-se que nas escolas visitadas há uma diversidade muito grande no tipo de alimento que é fornecido aos alunos, apesar da orientação da SEDUC ser única para todas as escolas. Em umas escolas verificou-se o fornecimento aos alunos como merenda escolar, no horário do recreio de apenas um saquinho contendo bolachas de água e sal, sem nenhum acompanhamento de bebida. Os alunos após a ingestão das bolachas dirigiam-se ao único bebedouro da escola fazendo fila para tomar água. Em outras escolas, verificou-se o oferecimento de massa com guisado ou polenta com molho no intervalo do recreio, previsto no cardápio fornecido pela CRE, não considerando que logo após o recreio, os alunos tinham aula de educação física. A qualidade nutricional dos alimentos e a necessidade dos alunos devem ser consideradas, mas, também o tipo de atividade que serão desenvolvidas após a merenda escolar, deverá ser mais bem planejado.

Finalmente, cabe citar as providências adotadas pela SEDUC no sentido de aperfeiçoar a merenda escolar, das quais se destaca a publicação do Caderno de Alimentação Escolar – Operacionalização, em 2012, com informações claras sobre a importância e cuidados necessários para essa tarefa. Cumpre também mencionar a recente edição da Lei Estadual nº 14.448/2014, que cria 240 cargos de Agentes Educacionais I: Técnico em Nutrição, a serem lotados nas sedes das CREs, inclusive com a função de instruir e orientar os servidores responsáveis pela alimentação escolar sobre o modo de preparo e a distribuição das refeições, bem como sobre a manutenção e higiene dos utensílios e equipamentos de copa e cozinha.

RECOMENDAÇÕES

Diante dos principais problemas identificados nas escolas estudadas, constata-se a necessidade de aperfeiçoamento das ações da SEDUC, com vistas à garantia da qualidade dos alimentos e à promoção dos objetivos do PNAE. Dentre estas medidas destacam-se: a observância da legislação de segurança alimentar nas escolas da rede pública estadual; a ampliação da orientação, supervisão e monitoramento exercido pelas Coordenadorias Regionais de Educação; a adequação do número de merendeiras nas escolas, bem como avaliação do número de auxiliares de limpeza; a qualificação das merendeiras por meio de programas de formação continuada; melhoria da infraestrutura física das cozinhas e refeitórios; monitoramento da logística de entrega dos gêneros alimentícios nas escolas.



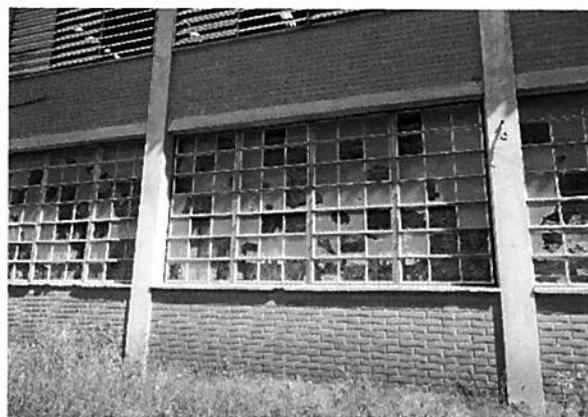
7.6 Segurança Patrimonial

A pesquisa eletrônica realizada junto às direções das escolas demonstrou que as questões relativas à segurança patrimonial e pessoal aparecem como uma das principais preocupações destes gestores, com cerca de 40% destes considerando pouco satisfatório o apoio prestado pela Secretaria nestes quesitos.

A situação de depredação vivenciada por algumas escolas visitadas pela Equipe é demonstrada pelo CIEP Santo Antônio, em Lajeado. Muito embora uma das escolas mais novas do Estado, construída no início dos anos 90, a escola vem sofrendo há anos com depredações. A escola recobriu parcialmente os vidros de sua fachada com perfis de alumínio, colocados pelo lado externo, ou chapas de madeira aglomerada, pelo lado interno, para proteção contra as pedras ou contra o intemperismo resultante da depredação. Na parte interna, inúmeros vidros permanecem quebrados, enquanto danos causados por invasões e furtos são claramente visíveis nas fotos a seguir:



Fachada Externa da Escola, com perfis de alumínio destinados a proteção dos vidros.



Chapas de aglomerado de madeira destinadas a proteção contra as intempéries e contra o vandalismo, colocadas na parte interna das salas de aula.



Hora do Recreio, portas internas depredadas.



Notícia de jornal do ano 2000, já apontando problemas de segurança.

Em outras escolas a necessidade de melhorar a segurança pessoal e patrimonial levou a instalação de câmeras de segurança utilizando para tanto recursos próprios da autonomia financeira



ou do CPM. Entretanto, esta solução, na maioria das vezes, constitui-se em improvisação, sem a disposição adequada das redes elétrica e de lógica. Esta situação é notória, até porque a imensa maioria das edificações escolares possui mais de 20 anos de idade e, portanto, foram construídas em uma época em que estas tecnologias não eram acessíveis. As fotos a seguir, da EEEB Padre Benjamim Copetti, localizada no município de Sobradinho, ilustra esta situação.



EEEB Padre Benjamim Copetti – Instalações de câmeras de segurança improvisadas



EEEB Padre Benjamim Copetti – Monitoramento das câmeras de segurança

A preocupação com a segurança patrimonial vem aumentando também a partir do momento em que as escolas recebem equipamentos de informática, de maior valor e facilmente transportáveis. Dessa forma, muitas escolas optaram pela instalação de grades nas janelas e portas dos laboratórios de informática. A foto a seguir, da EEEB Padre Afonso Diehl, localizada no município de Segredo, mostra o conserto realizado na porta da sala da secretaria da escola, arrombada pouco antes da visita da Equipe.



A questão relativa à integridade patrimonial, e também pessoal, aparece como forte preocupação das direções durante o funcionamento da escola. Assim, a Equipe somente presenciou a utilização de laboratórios de informática com o acompanhamento de professores e durante as



aulas regulares, pela falta de monitores ou outros profissionais que permitissem a realização de trabalhos de pesquisa em outros horários. Da mesma forma, constatou-se que sanitários, e mesmo pátios internos, fechados ou com acesso restringido a alunos, pela falta de monitores para realizar seu controle. Esta situação foi verificada no CE Cel. Afonso E. Massot em Porto Alegre:



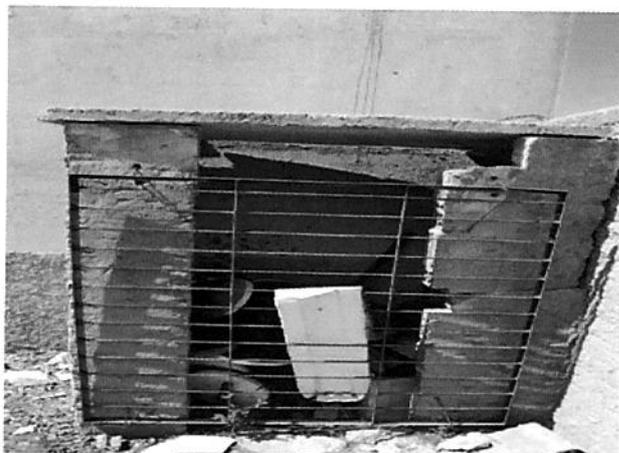
CE Cel. Afonso E. Massot em Porto Alegre – Acesso ao pátio interno é permitido apenas durante as aulas de educação física



CE Cel. Afonso E. Massot em Porto Alegre – Banheiros do 2º piso fechados, sendo permitido o acesso apenas aos banheiros do pavimento térreo, para facilitar o controle.

Outras situações em relação à segurança presenciadas pela Equipe nas visitas as escolas também podem ser mencionadas. Na Escola Estadual de Ensino Médio Capitão Luiz da Silva Ferreira – em São José do Norte, onde encontramos a fossa séptica do banheiro em condições precárias comprometendo a segurança dos alunos. A fossa foi construída ao lado dos banheiros e junto ao portão de entrada dos alunos na escola, ocorre que a tampa de cobertura quebrou e a direção da escola colocou venezianas de janelas para cobrir a fossa e madeiras para impedir o acesso de alunos. A direção da escola informou que já comunicou a situação a CRE e aguarda orientações dos procedimentos que deverão ser realizados. A seguir, registro fotográfico realizado no local.





Na escola de EEEB Padre Rômulo Zanchi, em Santa Maria, a cerca da escola encontra-se em estado precário, permitindo facilmente o ingresso sem controle de pessoas que não pertencem à comunidade escolar. Em agosto de 2009, bandidos em fuga da polícia pularam o muro da escola, assustando professores e alunos e interrompendo as aulas³⁹.



EEEB Padre Rômulo Zanchi – Área situada nos fundos da Escola



EEEB Padre Rômulo Zanchi – Cerca danificada

³⁹ Conforme reportagem do Diário de Santa Maria do dia 29 de agosto de 2009.



EEEB Padre Rômulo Zanchi – Cerca danificada junto à cancha de esportes.

Como referido anteriormente, a SEDUC vem desenvolvendo parcerias com outras instituições públicas, especialmente as diretamente envolvidas com segurança pública como a Brigada Militar, com vistas melhoria da segurança nas escolas. Entretanto, a preocupação com a segurança pode ser percebida tanto nos questionários eletrônicos quanto pelas entrevistas presenciais, e em determinadas escolas este tema assume grande relevância. Desta forma, a execução de obras e a instalação de equipamentos de segurança assumem importância na infraestrutura física das escolas, assim como o apoio a ser prestado pela SEDUC e CREs quando da ocorrência de fatos que comprometam a integridade pessoal, física ou psicológica de alunos, funcionários ou professores, bem como a integridade patrimonial das pessoas e do patrimônio público e privado.



EEEB Padre Rômulo Zanchi – Integração com a Brigada Militar no deslocamento de alunos (ensino fundamental).



EEEM Cap. Luiz da Silva Ferreira – Bojuru – São José do Norte – Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência – PROERD – Brigada Militar (ensino fundamental)

Não obstante a existência da Guarda Escolar, PROERD e CIPAVE, recomenda-se a edição de programa regulando e regulamentando as questões referentes à segurança patrimonial e pessoal nas escolas da rede pública estadual, com vistas inicialmente a identificação e avaliação do risco de cada estabelecimento escolar e posteriormente a padronização das ações de proteção do patrimônio e segurança da comunidade escolar, inclusive quanto à previsão e a manutenção de instalação de alarmes e câmaras de segurança.



7.7 Projeto de Proteção Contra Incêndio - PPCI

O Plano de Prevenção Contra Incêndio – PPCI constitui-se de um projeto que prevê alternativas de combate a incêndios, preservando a integridade física e patrimonial das pessoas ocupantes de um determinado imóvel. O Corpo de Bombeiros é o órgão de esfera estadual encarregado pela fiscalização e observância da legislação nas instalações de combate a incêndio.

No Certificado de Conformidade (CC) - que não vale como Alvará - são relacionados e descritos os sistemas de prevenção de incêndio e segurança que deverão ser contemplados e providenciados para a inspeção do Corpo de Bombeiros. É um atestado de que o Corpo de Bombeiros vistoriou o imóvel e que se encontra dentro das exigências constantes no projeto inicial ou complementar.

O Alvará dos Bombeiros é documento obrigatório emitido pelo Corpo de Bombeiros certificando que, durante a vistoria, a edificação possui as condições de segurança contra incêndio, ou seja, o conjunto de medidas estruturais, técnicas e organizacionais integradas para garantir a edificação um nível ótimo de proteção no segmento de segurança contra incêndios e pânico. O alvará está previsto na legislação, possui prazo de validade, e é necessário para fins de concessão da carta de habite-se ou para concessão do alvará de funcionamento, fornecido pela prefeitura.

Dessa maneira, é importante estar em dia com o PPCI, não apenas por uma exigência legal e do Corpo de Bombeiros, mas muito mais e, principalmente, para preservar a segurança de alunos e professores nas escolas.

O governo do estado, através da Secretaria de Educação assumiu o compromisso perante o Ministério Público Estadual do Estado do Rio Grande do Sul (MP/RS) de realizar um levantamento completo da situação dos alvarás e das condições dos equipamentos de prevenção e proteção contra incêndio nas escolas e órgãos de educação da rede pública estadual, elaborar um plano de ação para corrigir eventuais insuficiências ou lacunas em desacordo com a legislação pertinente referente à prevenção e proteção contra incêndio.

Através da Ordem de Serviço nº 03/2013 a Secretaria de Educação criou um grupo de trabalho (GT) para receber e sistematizar os dados encaminhados pelas Coordenadorias Regionais de Educação e elaborar o plano de ação para análise e aprovação do titular da SEDUC.

O referido levantamento de dados junto às escolas públicas estaduais abordou três aspectos que deveriam ser obrigatoriamente considerados, se a escola possuía alvará de prevenção e proteção contra incêndio atualizado; se a escola possuía PPCI, mas o alvará já estava vencido; e se a escola não possui PPCI, mas encaminhou a solicitação do “certificado de conformidade” ao Corpo de Bombeiros.

Com o levantamento foi possível realizar um diagnóstico da situação das escolas, do total de 2.575 escolas da rede estadual e mais 30 prédios onde estão funcionando as CREs, constatou-se que: 338 escolas têm alvará atualizado; 249 escolas têm certificado de conformidade, com processo em tramitação para a obtenção de alvará; 448 escolas têm PPCI e estão com processo tramitando no Corpo de Bombeiros. Assim, 697 escolas estão com processos em tramitação para obtenção de alvará, 419 escolas estão com projetos a serem executados no PNO e 1.151 escolas que estão em desconformidade com o atendimento às normas. (Relatório do GT, datado de 09/04/2013).



Como proposta para solucionar a demanda o GT propôs uma atenção especial às escolas que não possuem PPCI ou alvará, com a implementação de ações a serem executadas a curto, médio e longo prazo, a serem desenvolvidas até o final de 2014.

Destaca-se que as obras do PNO estão atrasadas, assim, o cumprimento da legislação por parte de 419 escolas integrantes do projeto PNO, deverão ser reavaliadas e estudadas.

Na pesquisa realizada pelo Sistema Pesquisar, obtivemos o percentual de 74,55% dos gestores das escolas de nível médio responderam que não possuíam alvará do Corpo de Bombeiros atualizados.

Nas escolas visitadas pela equipe, confirmou-se a situação das escolas estaduais, com relação às normas de segurança para prevenção de incêndio.



Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Amílcar Gigante, ausência de extintores de incêndio.



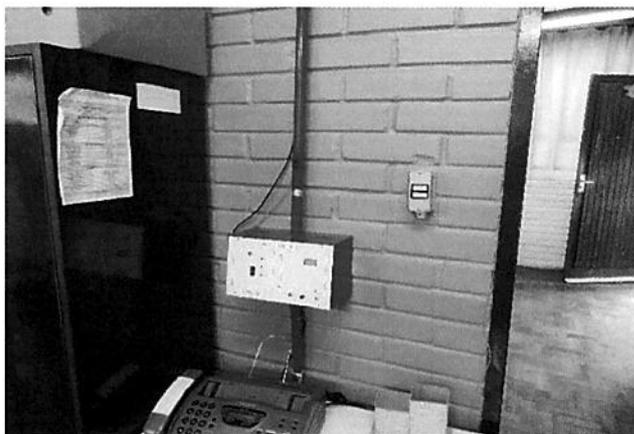
Escola Técnica Estadual Portão – Caixa dos extintores de incêndio sem vidro de proteção.



Escola Estadual de Ensino Médio João Isidoro Lorentz – Botijão de gás acondicionado próximo do fogão e de produtos de limpeza.



Escola Técnica Estadual Monteiro Lobato – Caixa de abrigo do extintor de incêndio sem a cor de sinalização.



EEEB Padre Rômulo Zanchi – Central do alarme de incêndio (não funciona).



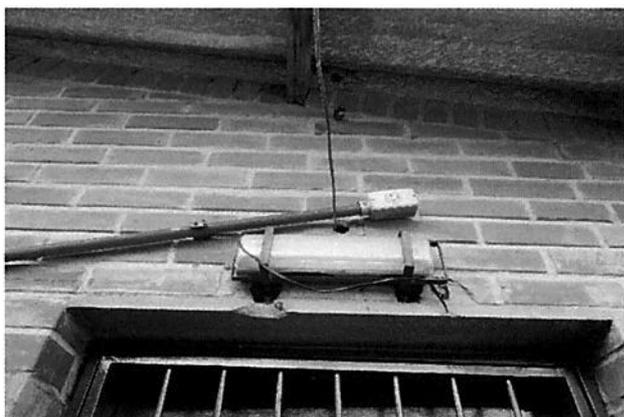
EEEB Padre Rômulo Zanchi – Iluminação de emergência danificada.



EEEB Padre Rômulo Zanchi – Sistema de alarme de incêndio danificado.



EEEB Padre Rômulo Zanchi – Sistema de alarme de incêndio danificado.



EEEB Padre Rômulo Zanchi – Sistema de iluminação de emergência danificado.



EEEB Padre Rômulo Zanchi – Extintores.

RECOMENDAÇÕES

1. Atualizar o levantamento da situação dos alvarás e das condições dos equipamentos de prevenção e proteção contra incêndio nas escolas e órgãos de educação da rede pública estadual;



2. Reavaliar as situações ainda pendentes de encaminhamento junto ao Corpo de Bombeiros;
3. Monitorar as escolas para manutenção da validade dos alvarás.

7.8 Gestão das Obras Escolares

Escolas bem estruturadas proporcionam condições para o desenvolvimento de boas práticas pedagógicas e constituem-se condições imprescindíveis para a valorização do aluno, professores e comunidade escolar.

Entende-se como espaço adequado ao bom desenvolvimento de uma escola quando todos, ou pelo menos os necessários, apresentam recursos materiais ao bom funcionamento da escola, possíveis indicadores de qualidade para a educação. Em contrapartida a insatisfação dos educandos e desvalorização da educação podem ser causadas por precariedades de condições do espaço físico.

O espaço da educação deve ser visto como um ambiente socializador, onde todos participam coletivamente, pois apresentam as mesmas necessidades humanas.

Ao visualizar as escolas percebe-se a necessidade de um diagnóstico da infraestrutura escolar, onde permite refletir sobre a atual situação e necessidade de melhorias no sentido de garantir além de condições de funcionalidade a todos os espaços educativos, o melhor desenvolvimento de práticas pedagógicas.

A SEDUC reconhece que a maioria das escolas vive uma situação de depreciação predial acentuada, principalmente nas instalações em geral, posto que, em sua maioria, os prédios possuem mais de 30 anos. A desatualização técnica é evidente, comprometendo o cumprimento das atuais exigências para a qualificação da educação. A gestão pública para a manutenção da rede foi baseada na resolução de situações críticas, inclusive com a prática de redução do objeto para a minimização de gastos. Reconhece ainda que demandas tiveram seus processos tramitando por uma década, bem como ocorre a prática de abertura de diversas solicitações pequenas e isoladas em uma mesma escola em curto espaço de tempo.

Como exemplo do não atendimento das demandas por obras de infraestrutura, foi relatado pela direção da Escola Técnica de Portão - ETEC Portão, durante a visita da Equipe, o processo para a construção de um Ginásio de Esportes. Atendendo a escola a cerca de 1300 alunos, com carga horária de 1.200 hs/ano ou mais, tendo em vista o ensino profissionalizante, e existindo recursos federais do Programa Brasil Profissionalizado, a escola demandou em setembro de 2008 a solicitação de construção do Ginásio. A demanda foi aprovada pelo FNDE, destinando R\$ 926.267,30 em recursos para tal fim. Abertos dois expedientes administrativos com vistas à elaboração do projeto, passados mais de 5 anos, foram executados apenas a sondagem e partes dos projetos, estando a SEDUC em tratativas para repactuação com o FNDE, sob risco de perder os recursos federais.

As ações adotadas pela SEDUC para o atendimento das demandas dividem-se basicamente em 3 grupos:

- a) A contratação de obras de conservação e manutenção mediante demandas das escolas e CREs, de modo semelhante ao que já vem sendo feito rotineiramente.



Como inovação, tem-se a aprovação da Lei Nº 14.203/2013 que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, já utilizado em obras de 15 escolas integrantes de uma primeira etapa.

- b) O conceito do Plano de Necessidade de Obras – PNO, visando a qualificação das intervenções, mediante a contratação de projetos e/ou cadastros da rede existente. Objetiva, de acordo com seu protocolo, “*superar a prática de priorizar obras avulsas e passa a priorizar as escolas a serem totalmente revitalizadas, modernizadas no seu ambiente físico*”. Ação prioritária entre os Projetos Estratégicos da Administração Pública Estadual, a contratação dos projetos técnicos de manutenção, construção, ampliação, conservação e recuperação fica a cargo da Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano, e conta com recursos do Estado, da União (PAR e Programa Brasil Profissionalizado) e do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD. No final de 2013 haviam sido contratados projetos para 79 escolas, integrantes das 524 escolas selecionadas para a primeira etapa, não tendo iniciado nenhuma obra. O PNO está sendo regido pelos Decretos nºs 49.540/2012 e 50.944/2013.
- c) A transferência para a autonomia escolar de responsabilidade de gestão de obras e pequenos reparos, até a modalidade convite (R\$ 150 mil), liberando a gestão centralizada para dedicação as obras de maior porte. Estes repasses são regidos pelo Decreto nº. 48.620/2011

As visitas efetuadas pela Equipe demonstraram, como informado pela SEDUC, que as manutenções e adaptações realizadas nos prédios, em geral antigos, vão sobrepondo-se umas sobre as outras, em função das necessidades que vão ocorrendo, demonstrando a fragilidade do conhecimento da realidade de cada escola.

Os principais valores referentes a execução de projetos técnicos e obras foram empenhados no Projeto Orçamentário 6444, e atingiram 46,03% em 2012 e 67,56% em 2013 em relação aos valores da dotação final (dotação alterada). Este projeto apresenta a seguinte descrição na LOA 2013:

“Reconstruir, ampliar e recuperar as escolas de Educação Básica son novos paradigmas, que atendam as questões político-pedagógicas sócio-culturais, desportivas e sócio-ambientais, previsto no PNO, que atenda a totalidade da escola e de seu entorno. Construir escolas novas, observando a nova concepção de Projetos Arquitetônicos das Escolas – PNO, para o atendimento das demandas existentes. Dar continuidade as obras/reformas que não constam no PNO, bem como disponibilizar módulos de salas emergenciais para assegurar o atendimento dos alunos por falta de espaço físico. Prover recursos trimestrais para garantir obras emergenciais em tempo hábil. Construir ou reformar quadras poliesportivas cobertas, de forma progressiva, em todas as Escolas de Educação Básica, em parceria com o MEC e/ou outro Órgão Público.”

Os principais recursos utilizados no Projeto 6344 foram do Salário-Educação, de origem federal. A Tabela a seguir demonstra a situação do Projeto em 2012 e 2013:



Tabela 19				
Projeto 6344 – Exercícios de 2012 e 2013				
Qualificação, construção, ampliação, e recuperação da rede física da educação básica, com ênfase no ensino médio				
Valores em R\$ mil				
Exercício	Dotação inicial	Dotação Final	Empenhado	Pago
2012	95.231,17	212.295,52	97.711,21	60.543,20
2013	235.031,39	209.808,28	141.752,61	81.491,88

Fonte: Sistema Cubos DW/SEFAZ

Do total de R\$ 141 milhões empenhados em 2013, R\$ 80,5 milhões destinam-se a atendimentos emergenciais na rede física e R\$ 21,3 milhões destinam-se a elaboração de projetos arquitetônicos e de engenharia do PNO.

Considerando-se a existência de cerca de 2500 escolas na rede pública estadual, na média os recursos empenhados atingiram cerca de R\$ 39 mil por escola em 2012 e R\$ 56 mil em 2013.

7.8.1 GESTÃO DAS OBRAS ESCOLARES PELA SOP A PARTIR DAS DEMANDAS

A execução das obras sob responsabilidade da Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano, a partir das demandas das escolas e CREs, é a prática usual adotada há vários anos. A SEDUC informou que existem processos tramitando há vários anos, sem a efetiva conclusão das obras. O processo da ETEC Portão, já referido, é um exemplo de uma demanda que de mais de 5 anos que continua tramitando ainda em fase de projeto, sem a contratação das obras, inobstante a disponibilização dos recursos federais. Da mesma forma, este TCE já apontou a demora na execução das obras contratadas, de que é exemplo o CAE Daniel de Oliveira Paiva, cujo contrato iniciou em 2006 e até 2010 a obra não havia sido concluída.⁴⁰

Em janeiro de 2014 a Polícia Civil desencadeou uma operação visando à apuração de responsabilidades na execução de obras, incluindo obras escolares, contratadas dessa forma.

7.8.2 GESTÃO DAS OBRAS ESCOLARES - PAR

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (COMPROMISSO) é um programa estratégico do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído pelo Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007, o qual dispõe sobre a implementação do COMPROMISSO, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Esse Decreto é considerado o dispositivo legal que põe em vigência o PDE, o qual abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC.

⁴⁰ Processo 7928-0200/09-3, Auditoria Ordinária de 2009 na Secretaria da Obras Públicas.



O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) se refere aos resultados dos sistemas em termos de rendimento escolar e eficiência do fluxo escolar, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (PROVA BRASIL).

O COMPROMISSO estabelece um plano de metas de qualidade a serem alcançadas e o IDEB foi criado para a definição dessas metas. A meta estabelecida para o Brasil até 2022 é a de um IDEB igual ou superior a 5,2 para o Ensino Médio. Entretanto, para atingir esse expressivo resultado, torna-se imperativo promover avanços significativos nas condições de oferta da educação. Assim, faz-se necessário buscar o conhecimento da realidade escolar e estabelecer os padrões mínimos necessários para o seu funcionamento para, a partir daí, aplicar medidas que visem à melhoria da qualidade do ensino.

Para permitir a realização das atividades escolares que viabilizam boas condições de oferta da educação é necessária a disponibilidade de ambientes adequados.

Ambiente é o espaço físico criado e organizado para abrigar as mais diversas atividades de indivíduos e grupos. Em se tratando de escola, são os espaços educativos organizados, com móveis e equipamentos. Para conhecer essa realidade escolar, é necessário realizar processos de avaliação da situação escolar focados na infraestrutura e nos serviços prestados pela escola para permitir uma comparação destes com os padrões mínimos de funcionamento.

A implementação do diagnóstico da infraestrutura escolar permite que gestores e comunidade escolar realizem um levantamento da situação dos prédios escolares e identifiquem, a partir dessa análise, as melhorias necessárias, no sentido de garantir condições de segurança e funcionalidade à todos os espaços educativos.

O diagnóstico da infraestrutura escolar, segundo o “Guia de Orientações para o Preenchimento do Diagnóstico da Infraestrutura Escolar”, elaborado pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná, é definido como o “*instrumento de planejamento das intervenções a serem implementadas no prédio escolar, alicerçado nos princípios da corresponsabilidade, autonomia e participação da comunidade no processo de tomada de decisão acerca das melhorias necessárias, estimulando a criação de uma cultura de preservação do patrimônio escolar*”. (Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/amnorte/arquivos/File/GUIA_PLANEJAMENTO.pdf>. Acesso em 30/12/2013).

Os padrões mínimos de qualidade para a educação determinados pela Constituição Federal e pela LDB ainda não foram atingidos, seja por falta de definição específica desses padrões, ou por dificuldades orçamentárias dos entes federativos.

Em junho de 1998, através do Acordo de Empréstimo nº 7122/BR/BIRD entre o FNDE e o Banco Mundial, teve início a primeira fase do Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA), que foi um programa destinado à melhoria da qualidade do ensino fundamental das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, o qual perdurou por três anos e depois foi renovado por mais duas edições. O referido programa estabeleceu os Padrões Mínimos de Funcionamento (PMFE) das Escolas Públicas do Ensino Fundamental.

Embora o projeto tenha sido finalizado, as ações ou produtos por ele desenvolvidos continuaram a ser implementadas e passaram a ter abrangência nacional, atendendo também às regiões Sul e Sudeste.



No manual de implantação do FUNDESCOLA consta que o PMFE expressa a presença de um conjunto de insumos e condições necessários para a realização das atividades escolares – instalações físicas, equipamentos, recursos pedagógicos, recursos humanos, currículo e gerenciamento. Aparentemente simples, o conceito envolve, na verdade, um amplo conjunto de condições humanas, materiais e organizacionais ou de insumos e processos. São as condições básicas e o conjunto de insumos necessários para a realização dos serviços escolares essenciais e para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma adequada.

Assim, o objetivo de identificação dos PMFE é preparar o ambiente escolar para o desenvolvimento da educação, pois, muitas vezes, não há correspondência no desempenho dos alunos devido à precariedade das condições de oferta dos serviços escolares.

Para subsidiar a definição dos PMFE, o FNDE-PMFE estabeleceu o foco nos “*serviços aos quais todo e qualquer aluno tem direito, independentemente dos meios adotados pelas escolas e pelos sistemas de ensino para ofertá-los*”.

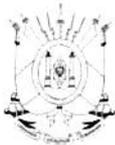
Assim, o FNDE desenvolveu o sistema de Levantamento da Situação Escolar (LSE), o qual se constitui em uma tecnologia informatizada de diagnóstico da situação escolar e disponibilizada às redes públicas de ensino para o levantamento de informações referentes às condições físicas dos ambientes escolares, disponibilidade de mobiliário, equipamento, material didático, recursos humanos e acessibilidade das escolas, bem como atualização de dados cadastrais, dominialidade do imóvel, serviços de infraestrutura e acesso à informática. Esse diagnóstico visa identificar o nível de cumprimento dos índices que compõem os PMFE de cada unidade da rede. A partir desse levantamento, são emitidos relatórios de suporte à gestão das redes escolares, estimando as necessidades e os investimentos necessários à sua adequação e melhoria.

O Decreto Federal nº 6.094/07 estabelece que o planejamento para adequação e melhoria das redes escolares deve ser sistematizado em um Plano de Ações Articuladas (PAR), que é o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo MEC, que visa o cumprimento das metas do COMPROMISSO e a observância das suas diretrizes. O PAR, que pode ser elaborado a partir dos resultados do LSE, é a base para um termo de convênio ou de cooperação, firmado entre o MEC e o ente apoiado. A dinâmica do PAR tem três etapas: o diagnóstico da realidade da educação e a elaboração do plano são as duas primeiras etapas e estão na esfera do município/estado. A terceira etapa é a análise técnica, feita pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e pelo FNDE.

O PAR, subsidiado pelas informações obtidas pelo LSE, está estruturado em quatro grandes dimensões:

1. Gestão Educacional.
2. Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar.
3. Práticas Pedagógicas e Avaliação.
4. Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos.

Cada dimensão é composta por áreas de atuação, e cada área apresenta indicadores específicos. Esses indicadores são pontuados segundo a descrição de critérios correspondentes a quatro níveis. A pontuação gerada para cada indicador é fator determinante para a elaboração do PAR, ou seja, na metodologia adotada, apenas critérios de pontuação que representam situações insatisfatórias (com mais aspectos negativos do que positivos) ou inexistentes (situação crítica),



podem gerar ações. Assim, o ente federativo deverá planejar a implementação de um conjunto de ações (subações).

O relatório disponibilizado, a partir do LSE, apresenta as seguintes informações: 1. Síntese por indicador: resultado detalhado da realização do diagnóstico; 2. Síntese da dimensão: resultado quantitativo da realização do diagnóstico; 3. Síntese do PAR: apresenta o detalhamento das ações e subações selecionadas por cada estado ou município; 4. Termo de Cooperação: apresenta a relação de ações e subações que contarão com o apoio técnico do Ministério da Educação; 5. Liberação dos recursos: apresenta a relação de ações que geraram convênio, ou seja, a liberação de recursos financeiros⁴¹.

A Resolução nº 15, de 7 de junho de 2010 do MEC aprova o critério de utilização dos resultados do LSE como exigência para a aprovação das ações de apoio da União aos entes federativos que aderiram ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação⁴².

O ente federativo apoiado poderá elaborar o seu PAR e pleitear recursos federais para melhoria dos índices obtidos nos diversos indicadores a serem avaliados, considerando que a aplicação do LSE como requisito para que estados e municípios possam pleitear recursos para reforma, ampliação e construção de unidades escolares através de várias linhas de financiamento junto ao FNDE, bem como diretamente ao Ministério da Educação.

Embora a realização do LSE seja um pré-requisito para os entes federativos receberem apoio técnico e financeiro do Governo Federal, muitos estados e municípios ainda não iniciaram as atividades relacionadas a esse diagnóstico.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul aderiu ao Plano de Metas Compromisso todos pela Educação no ano em que o plano foi lançado pelo Governo Federal, ou seja, em 2007, porém somente em 2011, o governo gaúcho, ao lançar o Pacto Gaúcho Todos pela Educação, através do Decreto nº 47.789, de 07 de abril de 2011, assinou um protocolo de intenções com o MEC, onde uma das ações previstas é a aplicação do LSE na rede estadual de ensino, com o início previsto para o ano de 2012.

No quadro a seguir, algumas ações a cargo do governo estadual relacionadas diretamente a infraestrutura do Ensino Médio, conforme PAR Analítico do Estado do Rio Grande do Sul – RS (PAR consultado e extraído relatório em 05-07-2013):

⁴¹ Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>>, acesso em 30/12/2013.

⁴² A Res. nº 15/2010 teve seu prazo inicialmente dilatado pela Res. nº 34/2001 e foi posteriormente revogada pela Res. nº 11/2012, retirando-se a exigência apontada.



Plano de Ações Articuladas - Cópia
Dimensão 4 – Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos.

Área 2 – Condições da rede física escolar existente.

Indicador 1 – Biblioteca : Instalações e espaço físico

Critério/Pontuação : 2 (insatisfatória). Quando menos de 50% das escolas da rede possuem biblioteca ou espaço de leitura. As instalações não permitem a organização e armazenamento do acervo; não existe espaço suficiente para estudos individuais e em grupo.

Justificativa: Neste indicador estamos aplicando a pontuação dois considerando as bibliotecas e outros espaços de leitura existentes na Rede. Contudo, se considerarmos somente as bibliotecas em condições adequadas para funcionamento, essa proporção seria menor que a metade. A maioria dos espaços físicos de leitura são adaptados e não possibilitam a realização de estudos individuais e em grupos e nem o armazenamento adequado do acervo.

Demanda para Rede Estadual: Elaborar um projeto para ampliar ou adaptar as instalações escolares a fim de garantir a existência de bibliotecas na rede de ensino em condições adequadas de funcionamento. A demanda de ampliação e adaptação das instalações será atendida no indicador 4.2.5.

Ação : Prover instalações escolares adequadas a fim de garantir o funcionamento de bibliotecas das escolas da rede.

Período Inicial: 01/01/2012

Período Final: 30/12/2012

Resultado esperado: Bibliotecas da rede de ensino estadual implantadas, ampliadas, adaptadas e equipadas.

Subação: Elaborar um projeto para ampliar ou adaptar as instalações escolares a fim de garantir a existência de bibliotecas na rede de ensino em condições adequadas de funcionamento.

Estratégia de Implementação: Apresentação de projeto de adequação para as instalações escolares de bibliotecas em todas as da rede.

Indicador :2 - Acessibilidade arquitetônica nos ambientes escolares

Critério/Pontuação: 1 (inexistente) - Quando a rede de ensino possui menos de 10% dos prédios escolares com acessibilidade arquitetônica nos ambientes escolares, tais como rampas e vias de acesso, sinalização tátil, sonora e visual e sanitários acessíveis. Ou quando não há acessibilidade arquitetônica nos ambientes escolares.

Justificativa: Embora algumas escolas tenham rampas de acesso restrito ao primeiro piso do prédio, menos de 250 escolas possuem acesso para os pisos superiores, sanitários adaptados e inexistente sinalização tátil, sonora e visual.

Demanda para Rede Estadual: Investir em obras de adequação e construção que atenda a acessibilidade arquitetônica nos ambientes escolares, tais como rampas e vias de acesso, sinalização tátil, sonora e visual e sanitários acessíveis. A demanda de obras de adequação será atendida no indicador 4.2.5. Implantar política para garantir a acessibilidade nas escolas da Rede estadual.

Ação: Promover acessibilidade nas escolas da rede.

Período Inicial: 01/07/2012

Período Final: 30/12/2012

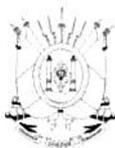
Resultado Esperado: Escolas com acessibilidade implementada.

Subação: Buscar recursos para execução de obras de adequação e construção para atendimento à acessibilidade nas escolas da rede.

Estratégia de Implementação: Elaboração de uma proposta de financiamento para execução de obras de adequação e construção para atendimento à acessibilidade das escolas da rede.

Indicador: 5 - Infraestrutura física existente: condições das unidades escolares que ofertam o ensino médio na área urbana.

Critério/Pontuação: 2 (insatisfatória) - Quando a rede existente de ensino médio, na área urbana, possui prédios próprios ou cedidos com infraestrutura física parcialmente adequada. A maioria dos prédios é alugada ou não apresenta condições adequadas para o atendimento da demanda. As instalações não apresentam condições adequadas de segurança, salubridade e conforto ambiental. As instalações não garantem acessibilidade, os banheiros não são totalmente adequados e compatíveis com a faixa etária dos



usuários. Os prédios apresentam espaços parcialmente adequados e não atendem integralmente aos padrões mínimos. Menos de 50% das escolas da rede possuem salas de recursos multifuncionais implantadas e dispõem de espaço físico adequado para seu funcionamento. A infraestrutura, de modo geral, não apresenta salas de aula em quantidade suficiente para a demanda. Não existem ou estão em condições inadequadas para a utilização: laboratórios de Informática e Ciências, sala de recursos audiovisuais, biblioteca, cozinha, refeitório, quadra de esporte e espaços de lazer e convivência.

Justificativa: 2300 unidades escolares tem prédios próprios, mas muito antigos e alguns tombados pelo patrimônio histórico. São parcialmente adequadas as seguintes condições: instalações, segurança, salubridade, conforto ambiental, acessibilidade, banheiros, prédios, laboratórios de Informática e Ciências, sala de recursos audiovisuais, biblioteca, cozinha, refeitório, quadra de esporte e espaços de lazer e convivência. Em nenhuma das escolas existem salas de estudo para os professores. Menos de metade das escolas da rede possuem salas de recursos multifuncionais implantadas. As escolas de nível médio existentes possuem salas em quantidade suficiente, mas as vagas estão geograficamente mal distribuídas e em desacordo com a demanda.

Demanda para Rede Estadual: Adequar todas as instalações para o atendimento a demanda e que garantam segurança, salubridade, conforto ambiental, acessibilidade, banheiros, laboratórios de Informática e Ciências, sala de recursos audiovisuais, biblioteca, cozinha, refeitório, ginásio de esportes e espaços de lazer e convivência e salas de estudo para os professores. Ampliar e/ou adequar todas as escolas de ensino médio em função das novas necessidades colocadas pela mudança curricular. Fazer a manutenção da infraestrutura física de todas as escolas de ensino médio. Adequar espaço físico de todas as escolas para implantação de salas de recursos multifuncionais.

Ação: Ampliar e/ou adequar instalações para o atendimento da demanda garantindo segurança, salubridade, conforto ambiental, acessibilidade, banheiros, laboratórios de Informática e Ciências, sala de recursos audiovisuais, biblioteca, cozinha, refeitório, Ginásio de esporte e espaços de lazer e convivência e salas de estudo para os professores e alunos.

Período Inicial: 01/05/2012

Período Final: 30/12/2014

Resultado Esperado: Instalações adequadas nas escolas que garantam segurança, salubridade, conforto ambiental, acessibilidade, banheiros, laboratórios de Informática e Ciências, sala de recursos audiovisuais, biblioteca, cozinha, refeitório, ginásio de esporte e espaços de lazer e convivência e salas de estudo para os professores e alunos.

Indicador 6 - Infraestrutura física existente: condições das unidades escolares que ofertam o ensino médio no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas.

Critério/Pontuação: 2 (insatisfatória) - Quando a rede existente de ensino médio, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, possui prédios próprios ou cedidos com infraestrutura física parcialmente adequada. A maioria dos prédios ou é alugada ou não apresenta condições adequadas para o atendimento da demanda. As instalações não apresentam condições adequadas de segurança, salubridade e conforto ambiental. As instalações não garantem acessibilidade, os banheiros não são totalmente adequados e compatíveis com a faixa etária dos usuários. Os prédios apresentam espaços parcialmente adequados, mas não atendem integralmente aos padrões mínimos. Menos de 50% das escolas da rede possuem salas de recursos multifuncionais implantadas e dispõem de espaço físico adequado para seu funcionamento. A infraestrutura, de modo geral, não apresenta salas de aula em quantidade suficiente para a demanda. Não existem ou estão em condições inadequadas para a utilização: laboratórios de Informática e Ciências, sala de recursos audiovisuais, biblioteca, cozinha, refeitório, quadra de esporte e espaços de lazer e convivência.

Justificativa: 2300 escolas no campo tem prédios próprios e existem apenas duas escolas indígenas com oferta de ensino médio e nenhuma quilombola. São críticas às condições de salubridade, acessibilidade, laboratórios de Informática e Ciências, sala de recursos audiovisuais, biblioteca e quadra de esporte. São parcialmente adequadas as seguintes condições: instalações, segurança, conforto ambiental, banheiros, cozinha, refeitório, e espaços de lazer e convivência. Em todas as escolas não existem salas de estudo para os professores. Menos de 250 escolas da rede possuem salas de recursos multifuncionais implantadas e dispõem de espaço físico adequado para seu funcionamento. A infraestrutura, de modo geral, apresenta salas de aula em quantidade suficiente para a demanda.

Demanda para Rede Estadual: Adequar e/ou ampliar todas as instalações para que garantam segurança,



salubridade, conforto ambiental, acessibilidade, banheiros, laboratórios de Informática e Ciências, sala de recursos audiovisuais, biblioteca, cozinha, refeitório, quadra de esporte e espaços de lazer e convivência e salas de estudo para os professores. Adequar espaço físico de todas as escolas para implantação de salas de recursos multifuncionais. Ampliar e/ou adequar todas as escolas de ensino médio em função das novas necessidades colocadas pela mudança curricular. Fazer a manutenção da infraestrutura física de todas as escolas de ensino médio.

Ação: Adequar e/ou ampliar, com apoio do FNDE-MEC, todas as instalações das escolas da rede estadual, garantindo segurança, salubridade, conforto ambiental e acessibilidade.

Período Inicial: 01/07/2012

Período Final: 30/12/2014

Resultado Esperado: Todas as escolas da rede estadual com instalações adequadas e/ou ampliadas.

Indicador 9 - Necessidade de novos prédios escolares: existência de prédios escolares para atendimento à demanda do ensino médio na área urbana.

Critério/Pontuação: 3 - Quando a rede possui infraestrutura física própria, na área urbana, em quantidade suficiente para atender a cerca de 75% da demanda do ensino médio (a demanda corresponde a 100% dos alunos egressos do ensino fundamental das redes estadual e municipais, com possibilidade de atendimento à educação de jovens e adultos). Existe a necessidade de remanejamento de turmas ou reorganização para que a demanda seja totalmente atendida.

Justificativa: A demanda do Ensino Médio, na área urbana, é parcialmente atendida, porém há uma distribuição irregular dos prédios em relação a solicitação de matrícula nos bairros. Há necessidade de construção de novos prédios para atender a demanda de universalização do ensino médio.

Demanda para Rede Estadual: Construir novos prédios para atender a demanda de universalização do ensino médio e a progressão das matrículas nesta etapa da educação básica.

Resultado Esperado: Novos prédios para atender a demanda de universalização do ensino médio e a progressão das matrículas nesta etapa da educação básica construídos.

Ação: Construir novos prédios para atender a demanda de universalização do ensino médio e a progressão das matrículas nesta etapa da educação básica.

Período Inicial: 01/01/2013

Período Final: 30/12/2013.

Resultado Esperado: Novos prédios para atender a demanda de universalização do ensino médio e a progressão das matrículas nesta etapa da educação básica construídos.

Indicador 10 - Necessidade de novos prédios escolares: existência de prédios escolares para atendimento à demanda do ensino médio no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas.

Critério/Pontuação: 1 (inexistente)- Quando a rede possui infraestrutura física própria, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, em Critério / quantidade suficiente para atender a menos de 25% da demanda do ensino médio (a demanda corresponde a 100% Pontuação dos alunos egressos do ensino fundamental das redes estadual e municipais, com possibilidade de atendimento à educação de jovens e adultos).

Justificativa: A demanda do ensino Médio, no campo, não é atendida na integralidade e a maioria dos alunos são deslocados para atendimento na área urbana do município. Há necessidade de construção de novos prédios para substituição de prédios existentes em 17 escolas e de construção de novos prédios para ampliação da oferta no campo. Nas comunidades indígenas há necessidade de construção de seis (06) novos prédios escolares de ensino médio. Nas áreas quilombolas há necessidade de construção de novos prédios de acordo com a demanda decorrente do reconhecimento das comunidades.

Demanda para Rede Estadual: Construir novos prédios para substituição dos existentes em 17 escolas. Construir novos prédios para ampliação da para Rede oferta no campo. Construir seis (06) novos prédios nas comunidades indígenas. Construir, nas áreas quilombolas, Estadual novos prédios de acordo com a demanda decorrente do reconhecimento das comunidades.

Ação: Construir novos prédios para substituição dos existentes no campo e novos prédios nas comunidades indígenas e áreas quilombolas.

Período Inicial: 01/01/2013

Período Final: 30/12/2013

Resultado Esperado: Novos prédios para substituição dos existentes no campo construídos e novos



prédios nas comunidades indígenas e áreas quilombolas, construídos.

Indicador: 11 - Condições de mobiliário e equipamentos escolares: quantidade, qualidade e acessibilidade.

Critério/Pontuação: 3 - Quando mais de 50% das escolas da rede dispõem de mobiliários e equipamentos em quantidade parcialmente adequada, tanto para as salas de aula quanto para as demais instalações da escola (cozinha, refeitório, banheiros Critério / com chuveiros, quadra esportiva ou espaço destinado à cultura, esporte e lazer, área administrativa). Eles estão em Pontuação bom estado de conservação e atendem, em parte, aos requisitos mínimos de conforto, segurança e acessibilidade, conforme a idade e a modalidade de ensino.

Justificativa: A rede dispõem de mobiliários e equipamentos em quantidade parcialmente adequada para as salas de aula. Menos de 50% das escolas possuem as demais instalações adequadas. O mobiliário existente não está em bom estado de conservação e atende, em parte, aos requisitos mínimos de conforto, segurança e acessibilidade, conforme a idade e a modalidade de ensino. Além disso, as escolas que atendem somente o ensino médio não possuem cozinha e refeitório, motivo pelo qual não contam com mobiliários e equipamentos para essa finalidade. É necessário qualificar também, o mobiliário da bibliotecas das escolas de educação básica.

Demanda para Rede Estadual: Adquirir mobiliários e equipamentos diversos para suprir as demandas das escolas da rede. Adquirir mobiliários e equipamentos para as novas cozinhas e refeitórios das escolas de ensino médio. Adquirir, com assistência financeira Demanda do MEC-FNDE, mobiliários para salas de aula das unidades escolas, beneficiando professores e alunos. Adquirir, para Rede com assistência financeira do MEC-FNDE, equipamentos diversos para as escolas da rede. Adquirir projetor Estadual multimídia para as escolas, com assistência financeira do MEC-FNDE através do PROINFO. Adquirir mobiliário para as bibliotecas das escolas da rede estadual, conforme a demanda.

Ação: Adquirir mobiliários e equipamentos para suprir as demandas das escolas da rede em diferentes aspectos: mobiliários e equipamentos para as novas cozinhas e refeitórios das escolas de ensino médio; mobiliários para salas de aula das unidades-escolas, beneficiando professores e alunos; equipamentos diversos para as dependências das escolas; projetor multimídia para as escolas; equipamentos e mobiliários para as bibliotecas das escolas da rede estadual, com recursos financeiros do MEC-FNDE e do estado.

Período Inicial: 01/06/2012

Período Final: 30/12/2014.

Resultado Esperado: Escolas mobiliadas e equipadas supridas assim, as demandas das escolas da rede.

1 -Subação: Adquirir, com recursos do FNDE MEC, mobiliário e equipamentos para as bibliotecas de escolas de Educação Basica.

Estratégia de Implementação: Estabelecimento de termo de compromisso e adesão à ata de registro de preços do MEC Implementação:FNDE para aquisição de mobiliário para bibliotecas de educação básica da rede estadual.

Equipamentos a serem adquiridos no ano de 2013 - 2.554 unidades cada.

Home Theater HDMI c/ DVD; Máquina fotográfica digital ; Lousa digital para Projetor PROINFO; Microsystem com toca CD - Kit Rádio Escolar - MODELO Mais Educação; Máquina copiadora; Televisor de LCD 32"Digital.

2 - Subação: Adquirir, por meio de assistência financeira do FNDE/MEC, equipamentos diversos para as escolas de ensino médio da rede estadual de ensino.

Estratégia de implementação: Estabelecimento de convênio ou termo de compromisso e adesão à ata de registro de Estratégia de preços do FNDE/MEC (quando houver) para aquisição de equipamentos diversos para a Implementação: escolas de ensino médio da rede estadual de ensino.

Equipamentos a serem adquiridos: Batedeira - cinco velocidades; Centrifuga de Frutas; Conjunto Lixeira coleta seletiva cap. 50 L; Fogão industrial - 06 bocas; Freezer 420 L horizontal; Geladeira de uso doméstico frostfree 410 L; Microondas 27 L; Panela de pressão industrial; Quadro branco 0,90 x1,20 m; Televisor de LCD 32"Digital.

3 - Subação: Adquirir, por meio de assistência financeira do FNDE/MEC, equipamentos para climatização das escolas de ensino médio da rede estadual de ensino (ventilador e/ou condicionador de ar).